

Fórum Administrativo – FA
Belo Horizonte, ano 16, n. 183, maio. 2016

Doutrina

Artigos

- O discurso constitucional brasileiro: ação afirmativa como amálgama de igualdades formais e desigualdades materiais históricas
  D'Alembert Arrhenius Alves dos Santos

- IPTU progressivo no tempo: uma análise da função e do ótimo sociais
  Einstein Almeida Ferreira Paniago

- Concurso público, investigação social e os princípios constitucionais: análise crítica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
  Emerson Affonso da Costa Moura, Marcos Costa Leite

- Prorrogação de prazo de contrato administrativo com efeitos retroativos: análise de sua legalidade
  Florivaldo Dutra de Araújo, Maria Letícia Rodrigues Guimarães Araújo Resende

- Preleções à autarquização das empresas estatais prestadoras de serviço público
  Poliana Ribeiro Soares Silva

- Da acumulação de cargos de professor – Por uma melhor interpretação constitucional
  Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

- Das nulidades do ato administrativo – Influência do tempo na anulação
  Toshio Mukai

Direto ao Ponto

- Intérpretes e vítimas da interpretação – As lacunas que atacam a segurança jurídica
  J. U. Jacoby Fernandes, Matheus Brandão

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- Contratação de servidor e dissídio entre parecer e lei

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- **Supremo Tribunal Federal**
  Recurso Extraordinário – Direito Administrativo e Constitucional – Servidor público – Remuneração – Incidência do teto de retribuição – Vantagens pessoais – Valores percebidos antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003 – Inclusão – Artigo 37, incisos XI e XV da Constituição Federal de 1988

- **Superior Tribunal de Justiça**
  Penal e Processual Penal – Servidor público – Delegado de Polícia – Peculato – Falsificação de documentos público, fraude processual, associação criminosa – Prisão preventiva – Intimidação ou constrangimento de testemunhas – Prática criminosa que guarda relação direta com as funções públicas exercidas – Recorrente que respondeu à denúncia em outra comarca, além de ação por improbidade administrativa e Processo Administrativo Disciplinar – Prisão preventiva – Necessidade de segregação para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal – Condições pessoais favoráveis – Irrelevância

- **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
  Administrativo – Servidor público – Ausência ao trabalho em virtude de recolhimento à prisão – Prisão temporária – Lei nº 7.960/89 – Auxílio reclusão à família – Ausência de previsão legal – Situação imprevisível – Caso fortuito ou força maior – Artigo 44, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90 – Ausência justificada sem perda de remuneração – Necessidade de compensação a critério da chefia imediata

- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**
  Administrativo – Processual Civil – Servidor público – Previdenciário – Aposentadoria por invalidez – Transtorno depressivo – Proventos proporcionais – Artigo 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988 – Hipóteses excepcionais de pagamento de proventos integrais não configuradas – Descabimento – Danos morais – Não constatação de ato ilícito da Administração

- **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
  Constitucional – Administrativo – Marinha do Brasil – Processo seletivo simplificado – Contratação de voluntários para área de apoio à saúde – Critérios subjetivos de avaliação – Entrevista e verificação de dados biográficos – Norma editalícia que confere à Comissão Examinadora autoridade irrestrita de julgamento – Violação aos primados regentes da Administração Pública – Nulidade configurada – Servidores militares – Aplicação dos princípios gerais da Administração Pública

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
  Administrativo – Ação Civil Pública – Improbidade administrativa – Sujeito ativo – Conceito amplo de agente público – Concurso público – Professor substituto – Faculdade de direito da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM – Banca examinadora – Parentesco com participante do certame – Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública – Artigos 11, V e 12, III e parágrafo único da Lei nº 8.429/92 – Sanção – Proporcionalidade

- **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**
  Administrativo – Servidor público – Previdenciário – Aposentados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT – Complementação de aposentadoria instituída pela Lei nº 8.529/92 – Auxílio alimentação – Caráter indenizatório – Não incorporação a proventos e pensões – Ofensa à paridade ativos-inativos – Inexistência

- **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**
  Constitucional – Administrativo – Civil e Processual Civil – Representação por Inconstitucionalidade – Liminar – Decreto Estadual nº 45.628/2016 – Servidor público – Pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores inativos e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro referente ao mês de março de 2016 –

Princípio da dignidade da pessoa humana – Violação – Interesse público

Ementário

- Administrativo
- Civil e Processo Civil
- Concurso Público
- Improbidade Administrativa
- Penal e Processo Penal
- Previdenciário
- Processo Administrativo Disciplinar
- Responsabilidade Civil
- Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- Constitucional
- Previdenciário
- Servidor Público

Legislação Comentada

- Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 74)
  Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- Informativo de Legislação